

Sumário

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Prefácio

Nota do Autor

Parte 1

ESTUDO PRELIMINAR

CAPÍTULO 1 – NOÇÃO GERAL DE FAMÍLIA

1. Conceito de família
2. A família greco-romana
3. Novas diretrizes

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 2 – INTRODUÇÃO AO DIREITO DE FAMÍLIA

4. Conceito do Direito de Família
5. Exegese do Direito de Família e futuras criações
6. Fontes do sub-ramo
7. Objeto e classificação
8. Natureza
9. Caracteres
 - 9.1. Eticidade
 - 9.2. Permanência dos direitos-deveres
 - 9.3. Prevalência do interesse familiar sobre o individual
 - 9.4. A cogência das normas jurídicas
 - 9.5. *Potestades familiares*
 - 9.6. Finalidade tutelar
10. A ultratividade do Código Civil de 1916
11. Estado de família e normas de Direito Internacional Privado
 - 11.1. Estado de família
 - 11.2. Normas de Direito Internacional Privado
12. Ações de Estado

Revisão do Capítulo

Parte 2

DO DIREITO PESSOAL

CAPÍTULO 3 – TEORIA GERAL DO CASAMENTO

13. Conceito de casamento
14. Importância atual do casamento
15. A Promessa de casamento – esponsais
 - 15.1. Conceito e finalidade

- 15.2. Escorço histórico
- 15.3. Efeitos práticos da promessa
- 15.4. Direito Comparado
- 16. Agências de casamento
- 17. Natureza jurídica
 - 17.1. Apresentação do tema
 - 17.2. Teoria do contrato
 - 17.3. Teoria da instituição
 - 17.4. Teoria eclética ou mista
 - 17.5. Conclusão
- 18. Caracteres do casamento
 - 18.1. Considerações prévias
 - 18.2. Caracteres do casamento-ato
 - 18.2.1. Ato dos nubentes
 - 18.2.2. Diversidade de sexos
 - 18.2.3. Ato civil
 - 18.2.4. Ato solene e público
 - 18.2.5. União exclusiva
 - 18.3. Características do casamento-estado ou fins do casamento
 - 18.3.1. Comunhão de vida ou *affectio maritalis*
 - 18.3.2. Criação da prole eventual
- 19. Finalidades
- 20. O casamento religioso
- 21. Efeitos civis do casamento religioso

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 4 – CAPACIDADE MATRIMONIAL

- 22. Considerações prévias
- 23. Aptidão mental e física para o casamento
- 24. Idade núbil
- 25. Consentimento e suprimento judicial
- 26. Revogação do consentimento
- 27. Exceções ao limite da idade núbil
- 28. Casamento de militares

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 5 – IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS

- 29. Noção de impedimento matrimonial
- 30. Os impedimentos eugenésicos na doutrina
- 31. Os impedimentos no Código de 1916
- 32. Os impedimentos no Código de 2002
 - 32.1. Considerações prévias
 - 32.2. Não podem casar os ascendentes com os descendentes
 - 32.3. Os afins em linha reta
 - 32.4. Vínculos de adoção
 - 32.4.1. Adotante ou adotado com ex-cônjuge, respectivamente, do adotado ou adotante
 - 32.4.2. Irmãos por adoção
 - 32.5. Colaterais
 - 32.5.1. Irmãos
 - 32.5.2. Tios e sobrinhos
 - 32.6. Pessoas casadas

32.7. *Impedimentum criminis*

33. Oposição

34. Impedimentos extracódigo

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 6 – CAUSAS SUSPENSIVAS

35. Conceito

36. Elenco das causas suspensivas

36.1. Viuvez e proteção aos herdeiros

36.2. Prazo internupcial

36.3. Exigência de partilha de bens no divórcio

36.4. Restrições advindas de tutela ou curatela

37. Oposição

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 7 – PROCESSO DE HABILITAÇÃO PARA O CASAMENTO

38. Generalidades

39. Requisitos de regularidade

39.1. Requerimento

39.2. Documentação

39.2.1. Certidão de nascimento ou documento equivalente

39.2.2. Autorização por escrito ou certidão de suprimento judicial

39.2.3. Declaração de testemunhas

39.2.4. Declaração dos nubentes

39.2.5. Prova de dissolução de eventual casamento anterior

40. Tramitação

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 8 – CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO

41. Considerações Prévias

42. Celebração em condições normais

42.1. Tempo e espaço

42.2. Publicidade do ato

42.3. Presenças obrigatórias

42.4. Procuração *ad nuptias*

42.5. A celebração

42.6. Casamento coletivo

42.7. Registro do casamento

43. Casamento sob moléstia grave

44. Casamento nuncupativo

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 9 – PROVAS DO CASAMENTO

45. Generalidades

46. Certidão do registro de casamento

47. Casamento no estrangeiro

48. Posse do estado de casados

49. Prova judicial

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 10 – CASAMENTO INEXISTENTE

50. Considerações prévias

51. Inexistência de casamento

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 11 – CASAMENTO NULO

52. Generalidades

53. Nulidade de casamento religioso com efeitos civis

54. Nulidade no Direito Romano

55. Disposições do Código Civil

55.1. Nubente portador de enfermidade mental

55.2. Infringência de impedimento

56. Ação declaratória e legitimidade de parte

57. Separação de corpos

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 12 – CASAMENTO ANULÁVEL

58. Considerações prévias

59. Dolo

60. Defeito de idade

61. Falta de autorização do representante legal

62. Incapacidade para o consentimento

63. Casamento por procurador destituído

64. Incompetência do celebrante

65. Erro Essencial sobre a pessoa do outro cônjuge

65.1. Conceitos fundamentais

65.2. Identidade, honra e boa fama

65.3. Prática de crime anterior ao casamento

65.4. Condições físicas

65.4.1. Defeito físico irremediável

65.4.2. Moléstia grave e transmissível

65.4.3. Doença mental grave

65.4.4. Coação

66. Decadência do direito de anular

66.1. Do incapaz de consentir ou manifestar, inequivocamente, a sua vontade (artigos 1.550, IV, e 1.560, I)

66.2. Nubente sem idade núbil (artigos 1.550, I, e 1.560, § 1º)

66.3. Menor em idade núbil, não autorizado a casar-se (artigo 1.555)

66.4. Incompetência da autoridade celebrante (artigos 1.550 e 1.560, II)

66.5. Erro essencial nas modalidades do artigo 1.557, incisos I a IV (artigo 1.560, III)

66.6. Coação (artigos 1.558 e 1.560, IV)

66.7. Casamento por procurador desconstituído (artigos 1.550, V, e 1.560, § 2º)

67. Inobservância de causas suspensivas

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 13 – CASAMENTO PUTATIVO

68. Conceito

69. Origem

70. Efeitos práticos

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 14 – EFICÁCIA DO CASAMENTO

71. Considerações prévias

72. Classificação dos efeitos

- 72.1. Generalidades
- 72.2. Efeitos sociais
- 72.3. Efeitos pessoais
- 72.4. Efeitos patrimoniais
- 73. Administração da sociedade conjugal
- 74. Deveres de ambos os cônjuges
 - 74.1. Fidelidade recíproca
 - 74.2. Vida em comum, no domicílio conjugal
 - 74.3. Mútua assistência
 - 74.4. Sustento, guarda e educação dos filhos
 - 74.5. Respeito e consideração mútuos
 - 74.6. A violência no âmbito doméstico e a Lei Maria da Penha
- 75. Sociedade empresarial entre os cônjuges
- 76. Efeitos sucessórios

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 15 – SEPARAÇÃO POR MÚTUO CONSENTIMENTO

- 76-A. Emenda Constitucional nº 66/10 e o instituto da separação judicial
- 77. Sociedade e vínculo conjugal
- 78. Separação de fato
- 79. Separação formalizada por mútuo consentimento
 - 79.1. Conceito e regras básicas
 - 79.1.1. Separação consensual em juízo
 - 79.1.2. Separação consensual em Cartório de Notas
 - 79.2. Doações imobiliárias em separação consensual
- 80. Efeitos jurídicos da separação judicial

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 16 – SEPARAÇÃO LITIGIOSA

- 81. Considerações prévias
- 82. Insuportabilidade da vida conjugal
 - 82.1. Adultério
 - 82.2. Tentativa de morte
 - 82.3. Sevícia ou injúria grave
 - 82.4. Abandono do lar conjugal
 - 82.5. Condenação por crime infamante
 - 82.6. Conduta desonrosa
 - 82.7. Outras motivações
- 83. Cônjuge culpado – perda de sobrenome
- 84. Culpa recíproca
- 85. Ruptura da vida em comum
- 86. Doença mental grave e de cura improvável
- 87. Restabelecimento da sociedade conjugal
- 88. Responsabilidade civil entre os cônjuges

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 17 – DIVÓRCIO

- 89. Generalidades
- 90. Balanço axiológico
- 91. Escorço histórico
- 92. A polêmica no Brasil

- 93. Visão geral do instituto
- 94. O divórcio e a relação entre pais e filhos
 - 94.1. Aspectos gerais
 - 94.2. Alienação parental
- 95. Divórcio-conversão
 - 95.1. *Ad rubricam*
 - 95.2. Conceito
 - 95.3. Procedimento judicial
 - 95.4. Procedimento notarial
- 96. Divórcio direto
 - 96.1. Requisito
 - 96.2. Por via judicial
 - 96.3. Por via notarial
- 97. Princípios comuns ao divórcio-conversão e direto
- 98. Homologação de sentença estrangeira

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 18 – PROTEÇÃO DA PESSOA DOS FILHOS

- 99. Considerações prévias
- 100. O dever de proteção aos filhos na separação e no divórcio
 - 100.1. Aspectos gerais
 - 100.2. Guarda dos filhos nas dissoluções consensuais
 - 100.3. Definição da guarda por ato do juiz
 - 100.4. Guarda compartilhada ou conjunta
 - 100.5. Situações especiais
- 101. O dever de proteção em outras situações jurídicas

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 19 – PARENTESCO

- 102. Conceito
- 103. Paradigmas constitucionais
- 104. Efeitos
- 105. Parentesco e família
- 106. Classificação retrógrada
- 107. *Agnatio e cognatio*
- 108. Linha reta e contagem de graus
- 109. Linha colateral e contagem de graus
- 110. Parentesco natural e civil
 - 110.1. *Ad rubricam*
 - 110.2. Desbiologização do parentesco
- 111. Afinidade

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 20 – FILIAÇÃO

- 112. Considerações prévias
- 113. Igualdade de direitos e qualificações
- 114. Presunção de paternidade
 - 114.1. Critérios de paternidade
 - 114.2. Fecundação natural
 - 114.3. Fecundação artificial homóloga
 - 114.4. Embriões excedentários
 - 114.5. Inseminação artificial heteróloga

- 114.6. Carência de sistematização dos critérios de reprodução assistida
- 114.7. A interpretação do artigo 1.598 do Código Civil
- 115. Ação negatória de paternidade
 - 115.1. *Ad rubricam*
 - 115.2. Imprescritibilidade
 - 115.3. Parte legítima na ação
 - 115.4. Impotência do cônjuge
 - 115.5. Adultério da mulher
- 116. Prova de filiação
- 117. Ação de prova de filiação

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 21 – RECONHECIMENTO DOS FILHOS

- 118. Generalidades
- 119. Requisitos do reconhecimento
 - 119.1. Legitimidade
 - 119.2. Formalidade
 - 119.2.1. Registro civil
 - 119.2.2. Escritura pública ou particular
 - 119.2.3. Testamento
 - 119.2.4. Manifestação direta e expressa perante o juiz
 - 119.3. Requisito objetivo
- 120. Efeitos jurídicos
 - 120.1. Advertência de Planiol
 - 120.2. Irrevogabilidade do reconhecimento
 - 120.3. Impugnação ao reconhecimento
 - 120.4. Guarda de filho reconhecido
 - 120.5. Validade *erga omnes*
- 121. Exceção à presunção *mater semper certa est*
- 122. Filiação e casamento nulo
- 123. Investigação de paternidade ou maternidade
 - 123.1. *Ad rubricam*
 - 123.2. Legitimação ativa
 - 123.3. Legitimidade passiva
 - 123.4. Fundamentos
 - 123.5. Efeitos do reconhecimento coercitivo
- 124. Coisa julgada e DNA

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 22 – ADOÇÃO

- 125. Caráter social e humanitário
- 126. Instrumentos legais
- 127. Conceito, caracteres e natureza jurídica
 - 127.1. Conceito
 - 127.2. Importância
 - 127.3. Caracteres
 - 127.4. Natureza jurídica
- 128. Origem do instituto
 - 128.1. Considerações prévias
 - 128.2. Grécia
 - 128.3. Roma

- 129. Quem pode adotar
 - 129.1. O valor-guia da adoção
 - 129.2. Plena capacidade
 - 129.3. Diferença de idade
 - 129.4. Vedações do ECA
 - 129.5. Tutor ou curador
 - 129.6. Adoção por duas pessoas
 - 129.7. Adoção por homossexuais
- 130. O procedimento
 - 130.1. Os registros
 - 130.2. Estágio de convivência
 - 130.3. Guarda provisória
 - 130.4. Consentimento
- 131. Efeitos jurídicos
 - 131.1. Efeitos gerais
 - 131.2. Efeitos trabalhistas e previdenciários
- 132. Adoção por estrangeiro

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 23 – PODER FAMILIAR

- 133. Conceito
- 134. Caracteres
- 135. Os polos da relação
- 136. Conteúdo do poder familiar
 - 136.1. *Ad rubricam*
 - 136.2. Criação e educação
 - 136.3. Companhia e guarda
 - 136.4. Autorização para casamento
 - 136.5. Nomeação de tutor
 - 136.6. Representação e assistência
 - 136.7. Poder de busca e apreensão
 - 136.8. Respeito, obediência e afazeres dos filhos
 - 136.9. Patrimônio dos filhos
 - 136.9.1. Usufruto
 - 136.9.2. Administração
 - 136.9.3. Exclusão do usufruto e da administração
- 137. Extinção do poder familiar
 - 137.1. Extinção por fato natural
 - 137.2. Extinção por ato voluntário
 - 137.3. Extinção por sentença judicial
 - 137.3.1. Castigos imoderados ao filho
 - 137.3.2. Abandono de filho
 - 137.3.3. Atos contrários à moral e aos bons costumes
 - 137.3.4. Reiteração em faltas causadoras de suspensão do poder familiar
- 138. Suspensão do poder familiar

Revisão do Capítulo

DO DIREITO PATRIMONIAL

CAPÍTULO 24 – REGIME DE BENS NO CASAMENTO – NOÇÕES GERAIS

- 139. Direito Patrimonial
- 140. A *disregard doctrine* às avessas no Direito de Família
- 141. Disposições gerais sobre o regime de bens
 - 141.1. Liberdade de escolha
 - 141.2. Regime supletivo ou oficial
 - 141.3. Casos de separação legal de bens
 - 141.4. Mutabilidade justificada
 - 141.5. Atos permitidos ao homem e à mulher
 - 141.5.1. Atos inerentes ao exercício da profissão
 - 141.5.2. Administrar os próprios bens
 - 141.5.3. Desobrigar ou reivindicar imóveis
 - 141.5.4. Doação, fiança e aval irregulares
 - 141.5.5. Bens doados ou transferidos a concubino
 - 141.5.6. Parte legítima para as ações judiciais
 - 141.5.7. Direito regressivo
 - 141.5.8. Despesas do lar
 - 141.6. Obrigatoriedade de vênua conjugal ou do companheiro
 - 141.6.1. Alienação ou gravame de imóveis
 - 141.6.2. Parte em ação judicial sobre imóveis
 - 141.6.3. Fiança ou aval
 - 141.6.4. Doação não remuneratória
 - 141.6.5. Suprimento judicial
 - 141.6.6. Anulabilidade do ato negocial
 - 141.7. Impossibilidade de administração de bens

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 25 – PACTO ANTENUPCIAL

- 142. Conceito e aspectos gerais
- 143. Disposições legais
 - 143.1. Escritura pública
 - 143.2. Pacto celebrado por menor
 - 143.3. Cláusula contrária à norma cogente
 - 143.4. Hipótese de livre disponibilidade de imóveis
 - 143.5. Registro em livro especial

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 26 – REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS

- 144. Noção geral
- 145. Bens particulares
 - 145.1. Patrimônio anterior ao casamento
 - 145.2. Bens oriundos de doações e heranças
 - 145.3. Bens adquiridos em sub-rogação
 - 145.4. Obrigações anteriores ao casamento
 - 145.5. Obrigações decorrentes de atos ilícitos
 - 145.6. Bens de uso pessoal, livros e instrumentos
 - 145.7. Proventos do trabalho pessoal

- 145.8. Pensões, meios-soldos, montepios e análogos
- 146. Acervo comum
 - 146.1. Título oneroso e superveniente ao casamento
 - 146.2. Bens adquiridos por fato eventual
 - 146.3. Doações, heranças e legados
 - 146.4. Benfeitorias em bens particulares dos cônjuges
 - 146.5. Frutos dos bens comuns ou particulares
- 147. Administração dos bens comuns
 - 147.1. As dívidas
 - 147.2. Outorga uxória
 - 147.3. Malversação dos bens
 - 147.4. Obrigações, encargos e despesas de interesse do casal
- 148. Administração dos bens particulares

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 27 – REGIME DE COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS

- 149. Generalidades
- 150. Natureza jurídica
- 151. Disposições legais
 - 151.1. Advertência
 - 151.2. Princípio fundamental
 - 151.3. Bens excluídos da comunhão
 - 151.3.1. Bens gravados com cláusula de incomunicabilidade e os sub-rogados
 - 151.3.2. Fideicomisso
 - 151.3.3. Dívidas anteriores ao consórcio e exceções
 - 151.3.4. Doações antenupciais entre nubentes com cláusula de incomunicabilidade
 - 151.3.5. Outros bens
 - 151.4. Frutos de bens excluídos da comunhão
 - 151.5. Administração dos bens em comunhão
 - 151.6. Dissolução da sociedade e partilha de bens

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 28 – REGIME DE PARTICIPAÇÃO FINAL NOS AQUESTOS

- 152. Noção geral
- 153. Patrimônios particulares
- 154. Apuração dos aquestos
- 155. Cálculo final

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 29 – REGIME DE SEPARAÇÃO DE BENS

- 156. Generalidades
- 157. Disposições legais
 - 157.1. Administração e disposição de bens
 - 157.2. Despesas do casal
- 158. Doação entre cônjuges ou companheiros

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 30 – USUFRUTO E ADMINISTRAÇÃO DOS BENS DE FILHOS MENORES

- 159. Generalidades
- 160. Usufruto dos bens pertencentes aos filhos menores
 - 160.1. O direito e seu fundamento
 - 160.2. Bens excluídos do usufruto dos pais
 - 160.2.1. Bens havidos antes do reconhecimento

- 160.2.2. Rendimentos de atividade profissional
 - 160.2.3. Bens de herança ou doação com cláusula específica
 - 160.2.4. Bens herdados por representação de pais excluídos
161. Administração
- 161.1. Considerações prévias
 - 161.2. Atos que dependem de autorização judicial

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 31 – ALIMENTOS

162. Generalidades
- 162.1. Conceito
 - 162.2. Os filhos como beneficiários
 - 162.3. O binômio necessidade-possibilidade
 - 162.4. O vocábulo alimentos
 - 162.5. A solidariedade como fundamento
 - 162.6. A prisão civil
 - 162.7. Gestão de negócios
163. Classificação
- 163.1. Quanto à natureza
 - 163.2. Quanto à causa jurídica
 - 163.3. Quanto à finalidade
 - 163.4. Quanto ao tempo das prestações pleiteadas
164. Caracteres dos alimentos
- 164.1. Irrenunciabilidade
 - 164.2. Incedibilidade
 - 164.3. Impenhorabilidade
 - 164.4. Incompensabilidade
 - 164.5. Transmissibilidade
 - 164.6. Imprescritibilidade
 - 164.7. Irrepetibilidade
 - 164.8. Alternatividade da prestação
 - 164.9. Divisibilidade
 - 164.10. Reciprocidade
165. Disposições legais
- 165.1. A relação alimentar
 - 165.2. A mutabilidade da obrigação
 - 165.3. Os alimentos entre parentes
 - 165.4. Alimentos gravídicos
 - 165.5. Alimentos entre cônjuges e companheiros
 - 165.5.1. Casamento, união estável, união homoafetiva ou concubinato do credor
 - 165.5.2. Atos de indignidade contra o devedor
 - 165.5.3. Novo consórcio do alimentante
 - 165.6. Alimentos entre pessoas divorciadas
 - 165.7. Alimentos de idosos

166. Ação de alimentos

- 166.1. Rito especial
- 166.2. Cobrança de alimentos

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 32 – BEM DE FAMÍLIA

167. Generalidades

- 168. Bem de família *voluntário*
 - 168.1. Conceito
 - 168.1.1. Objeto da proteção
 - 168.1.2. Instituidores
 - 168.1.3. Forma de instituição
 - 168.1.4. Os beneficiários
 - 168.1.5. Efeitos jurídicos
 - 168.2. Extinção do bem de família
- 169. Bem de família legal
 - 169.1. Conceito
 - 169.2. O benefício
 - 169.3. O beneficiário
 - 169.4. Exceções à impenhorabilidade
 - 169.4.1. Créditos de financiamento do imóvel ou de sua construção
 - 169.4.2. Obrigação alimentar
 - 169.4.3. Tributos pertinentes ao imóvel
 - 169.4.4. Execução de hipoteca
 - 169.4.5. Aquisição criminosa ou para execução de sentença penal
 - 169.4.6. Fiança em contrato de locação

Revisão do Capítulo

Parte 4

DA UNIÃO ESTÁVEL E UNIÃO HOMOAFETIVA

CAPÍTULO 33 – UNIÃO ESTÁVEL E UNIÃO HOMOAFETIVA

- 170. Considerações prévias
 - 170.1. Aspectos históricos
 - 170.2. Contrato de convivência
 - 170.3. O Supremo Tribunal Federal e a união homoafetiva
- 171. Vínculos extramatrimoniais em Roma
- 172. União estável – Noção
 - 172.1. Requisitos da união estável
 - 172.1.1. Diversidade de sexos?
 - 172.1.2. Ausência de impedimento matrimonial
 - 172.1.3. Convivência pública
 - 172.1.4. Continuidade
 - 172.1.5. Objetivo
 - 172.2. Reconhecimento da entidade familiar
- 173. Deveres recíprocos dos companheiros
 - 173.1. Lealdade
 - 173.2. Respeito
 - 173.3. Assistência
 - 173.4. Guarda, sustento e educação dos filhos
- 174. Regime de bens entre os companheiros
- 175. Alimentos, benefícios previdenciários e seguros pessoais
 - 175.1. Alimentos
 - 175.2. Benefícios previdenciários e seguros pessoais
- 176. Sucessão hereditária

- 177. Adoção
- 178. Conversão em casamento
- 179. Concubinato
- 180. União homoafetiva
 - 180.1. Considerações prévias
 - 180.2. Caracteres básicos
 - 180.3. Alimentos, direito sucessório, benefícios previdenciários e seguros pessoais
 - 180.4. O pleito de conversão da união homoafetiva em casamento

Revisão do Capítulo

Parte 5

INSTITUTOS COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO

CAPÍTULO 34 – TUTELA

- 181. Considerações prévias
- 182. A tutela em Roma
- 183. Conselho de família
- 184. Fato gerador
- 185. Caracteres
 - 185.1. Suprimento de incapacidade
 - 185.2. Obrigatoriedade do *munus*
 - 185.3. Função personalíssima do tutor
 - 185.4. *Munus* temporário
 - 185.5. Exclusividade
- 186. Nomeação de tutor
 - 186.1. Tutela testamentária
 - 186.2. Tutela legítima
 - 186.2.1. Ascendentes
 - 186.2.2. Colaterais até o terceiro grau
 - 186.3. Tutela dativa
 - 186.3.1. Falta de tutor testamentário ou legítimo
 - 186.3.2. Hipóteses de exclusão ou escusa
 - 186.3.3. Remoção por inidoneidade
- 187. Disposições especiais
 - 187.1. Irmãos órfãos
 - 187.2. Nomeação de curador especial
 - 187.3. Tutela de menor abandonado
- 188. Nomeação a termo ou condicional
- 189. Incapacidade para o exercício da tutela
 - 189.1. Pessoas impedidas de administrar seus bens
 - 189.2. Oposição de interesses obrigacionais
 - 189.3. Vedação por inimizade
 - 189.4. Incapacidade por exclusão em testamento
 - 189.5. Condenação por determinados crimes
 - 189.6. Mau procedimento, improbidade e abuso em tutorias
 - 189.7. Função pública incompatível
- 190. Escusa dos Tutores

- 190.1. Mulheres casadas
- 190.2. Maiores de sessenta anos
- 190.3. Encargos com mais de três filhos
- 190.4. Enfermidade incapacitante
- 190.5. Residência em local distante
- 190.6. Exercício de tutela ou curatela
- 190.7. Militares em serviço
- 190.8. Ausência de parentesco e prioridade na nomeação
- 190.9. Prazo de escusa e sua rejeição
- 191. Exercício da tutela
 - 191.1. Deveres do tutor quanto à pessoa do pupilo
 - 191.2. Deveres do tutor quanto ao patrimônio do pupilo
 - 191.3. Outras atribuições do tutor
 - 191.3.1. Atos que independem de autorização
 - 191.3.1.1. Representação ou assistência do menor
 - 191.3.1.2. Recebimento de valores
 - 191.3.1.3. Despesas necessárias
 - 191.3.1.4. Alienação de bens destinados à venda
 - 191.3.1.5. Arrendamento de bens de raiz
 - 191.3.2. Atos que dependem de autorização
 - 191.3.2.1. Pagamento de dívidas do menor
 - 191.3.2.2. Aceitação de liberalidades
 - 191.3.2.3. Transigir
 - 191.3.2.4. Venda de bens móveis ou imóveis
 - 191.3.2.5. Representação ou assistência em juízo
 - 191.3.3. Vedações absolutas
 - 191.3.3.1. Aquisição de bens do pupilo pelo tutor
 - 191.3.3.2. Liberalidade com bens do pupilo
 - 191.3.3.3. Aquisição de direitos contra o menor
 - 191.4. Responsabilidade do juiz
- 192. Responsabilidade do tutor
- 193. Remunerações do tutor e do protutor
- 194. Bens do tutelado
 - 194.1. Dinheiro
 - 194.2. Valores em depósito bancário
- 195. Prestação de contas
- 196. Cessação da tutela

Revisão do Capítulo

CAPÍTULO 35 – CURATELA

- 197. Generalidades
- 198. Direito romano
- 199. Dos interditos
 - 199.1. Enfermidade ou doença mental
 - 199.2. Incapacidade de expressão da vontade por causa duradoura
 - 199.3. Deficiência mental, embriaguez habitual e toxicomania
 - 199.4. Desenvolvimento mental incompleto
 - 199.5. Prodigalidade
- 200. Iniciativa da Interdição
 - 200.1. Legitimidade
 - 200.2. Atuação do Ministério Público
- 201. Processo de Interdição

- 201.1. Defensor do interditando
- 201.2. O rito processual
- 201.3. Administração provisória
- 202. O curador
 - 202.1. Escolha
 - 202.2. Impedimentos e escusas
 - 202.3. Bens do curatelado
- 203. Curatela prorrogada ou extensiva
- 204. Curatela do nascituro
- 205. Curatela sem interdição
- 206. Exercício da curatela
 - 206.1. Generalidades
 - 206.2. Curatela do pródigo
 - 206.3. Isenção de prestação de contas
- 207. Recuperação e reintegração da capacidade
 - 207.1. Recuperação
 - 207.2. Reintegração da capacidade

Revisão do Capítulo

BIBLIOGRAFIA

ÍNDICE ONOMÁSTICO

ÍNDICE ALFABÉTICO DE ASSUNTOS